

02/06/2011

Aprovações no Congresso Nacional reforçam estrutura do TRT de São Paulo

Foi aprovado no último dia 26 de maio, no Plenário do Senado Federal, e remetido à sanção presidencial, o Projeto de Lei da Câmara 5/2011, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de 68 Varas do Trabalho, 68 cargos de Juiz do Trabalho, 68 de Juiz do Trabalho Substituto, 544 de Analista Judiciário e 583 de Técnico Judiciário na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - SP.

O projeto foi protocolado em 03/07/2009 na Câmara dos Deputados, e sua célere aprovação deveu-se ao intenso trabalho desenvolvido pelo atual Presidente do TST, Ministro João Oreste Dalazen; por seu antecessor, Ministro Milton de Moura França; pelos Desembargadores do TRT da 2ª Região – São Paulo: o Presidente, Desembargador Nelson Nazar, o ex-Presidente, Décio Sebastião Daidone, a Corregedora, Odette Silveira Moraes e Jane Granzoto; e pela Presidente da AMATRA II, Dra. Sônia Lacerda, que estiveram em contato permanente, com toda a bancada paulista, líderes partidários, Presidentes de ambas as Casas Legislativas e, até mesmo, com o Vice-Presidente da República, Michel Temer.

O prazo para sanção presidencial finda no próximo dia 17 de junho.

Outra proposição de grande interesse para o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região é o PLC 26/2011, que convalida 76 cargos em comissão e 1275 funções comissionadas. Este projeto, inicialmente, de caráter terminativo nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados, ou seja, sem a necessidade de apreciação pelo Plenário daquela Casa, ficou sobrestado por mais de quatro anos, em virtude de um recurso apresentado pelo, então Líder do Governo, Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), em 05/12/2006, contrário à conclusividade da matéria. Desde então, esforços foram envidados para a retirada do recurso citado ou pela sua votação imediata. No entanto, isso somente foi possível findada a última legislatura, sob um novo cenário político, com uma nova configuração do Anexo V da Lei Orçamentária Anual, e do empenho constante das autoridades acima citadas.

O projeto aguarda inclusão na ordem do dia do Plenário do Senado Federal

Vale esclarecer que hoje tramitam no Congresso Nacional 18 projetos de lei de autoria do TST, sendo assim, de uma forma organizada e pontual, todas as Regiões brasileiras que dependem de projetos de lei para a ampliação de seus Tribunais e que se encontram numa mesma instância, trabalham em conjunto com os seus representantes políticos. Sendo assim, a cada Comissão ou Plenário que tramita um projeto de lei, todos os Desembargadores, principalmente os Presidentes, AMATRAS e demais Associações se unem num só esforço, sob a coordenação da Assessoria de Relações Institucionais do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, para a inclusão e a aprovação das matérias. Este trabalho resultou, somente em 2011, do início de março ao final de maio, em 35 votações e aprovações entre comissões e plenários.

(Clara Souza)

Esta matéria tem caráter informativo, sem cunho oficial.

Permitida a reprodução mediante citação da fonte.

Assessoria Parlamentar

Tribunal Superior do Trabalho

Tel. (61)3043-4572